

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1471585 - RJ (2013/0316256-4)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO

**EMBARGANTE : BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A.
DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES
MOBILIARIOS**

EMBARGANTE : BANCO BOAVISTA INTERATLÂNTICO S/A

**ADVOGADOS : JOSÉ AUGUSTO DE ARAÚJO LEAL E OUTRO(S) -
RJ073710**

PAULO HEERDT E OUTRO(S) - RS042278

ALEXANDRE ESPINOLA CATRAMBY - RJ102375

**OLYMPIO JOSÉ MATOS LEITE DE CARVALHO E
SILVA - RJ119853**

DANÚBIA SOUTO DE FARIA COSTA - DF029843

**RODRIGO GONÇALVES LIMA DE MATTOS -
RJ150239**

CARLOS VICTOR PAIXÃO XIMENES - RJ165369

**EMBARGADO : LUIZ ALFREDO ARANHA D ESCRAGNOLLE
TAUNAY**

EMBARGADO : JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO

EMBARGADO : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO

EMBARGADO : WISLAINE DUARTE PEREIRA

**ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
CORINTHO DE ARRUDA FALCÃO NETO -
RJ095788**

LEONARDO FERREIRA LÖFFLER - RJ148445

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO NCPC.** APLICAÇÃO FINANCEIRA DE RISCO. ACORDO CELEBRADO PARA COMPOSIÇÃO DE PREJUÍZO DOS INVESTIDORES. AÇÃO RESCISÓRIA. SÚMULA Nº 343 DO STF. ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Inexistentes as hipóteses do art. 1.022 do NCPC, não merecem acolhida os embargos de declaração que têm nítido caráter infringente.

3. Os aclaratórios não se prestam à manifestação de inconformismo

Superior Tribunal de Justiça

ou à rediscussão do julgado que julgou a causa de forma fundamentada, sem omissões, contradições, obscuridade ou erro material.

4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator